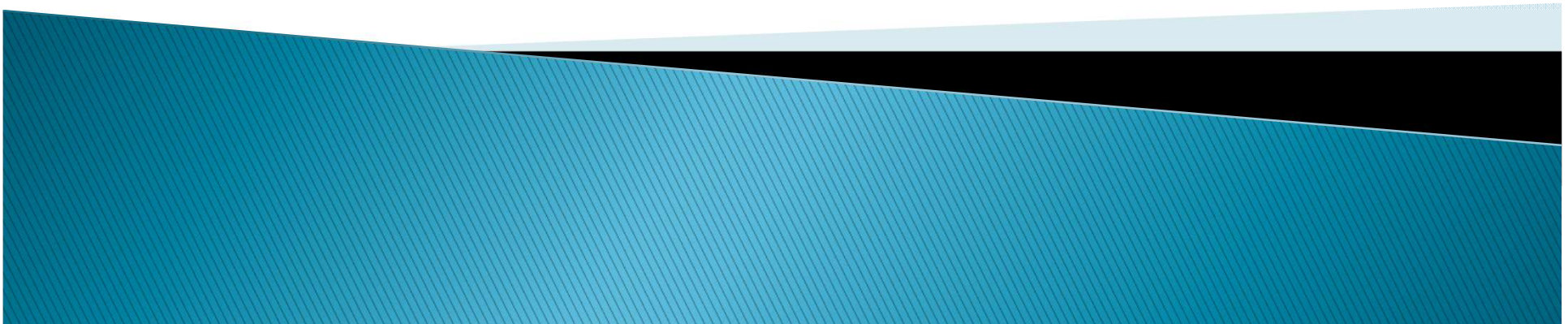


A MEF no contexto das políticas e programas de interoperabilidade da Administração Pública

Pedro Penteado

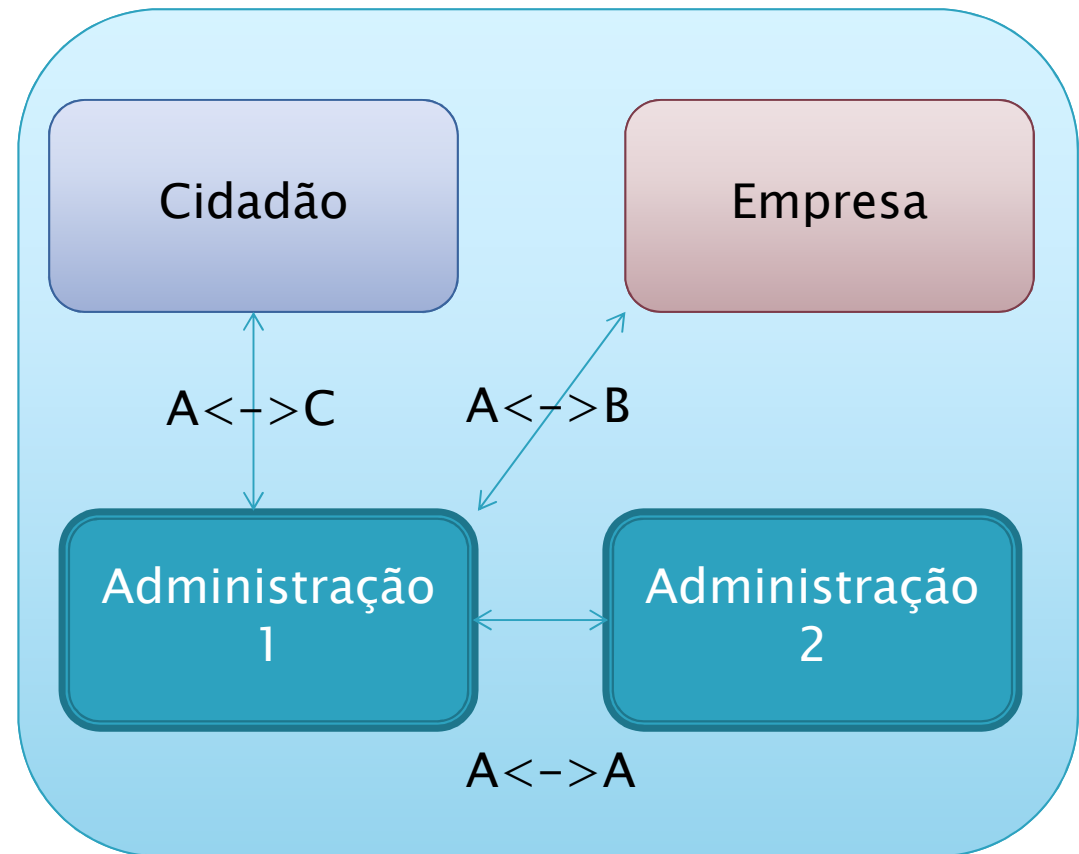
pedro.penteado@dgarg.gov.pt

Ação de divulgação sobre a extensão e aplicação da
Macroestrutura Funcional (MEF) pela Administração Local
Lisboa, 2012-07-11

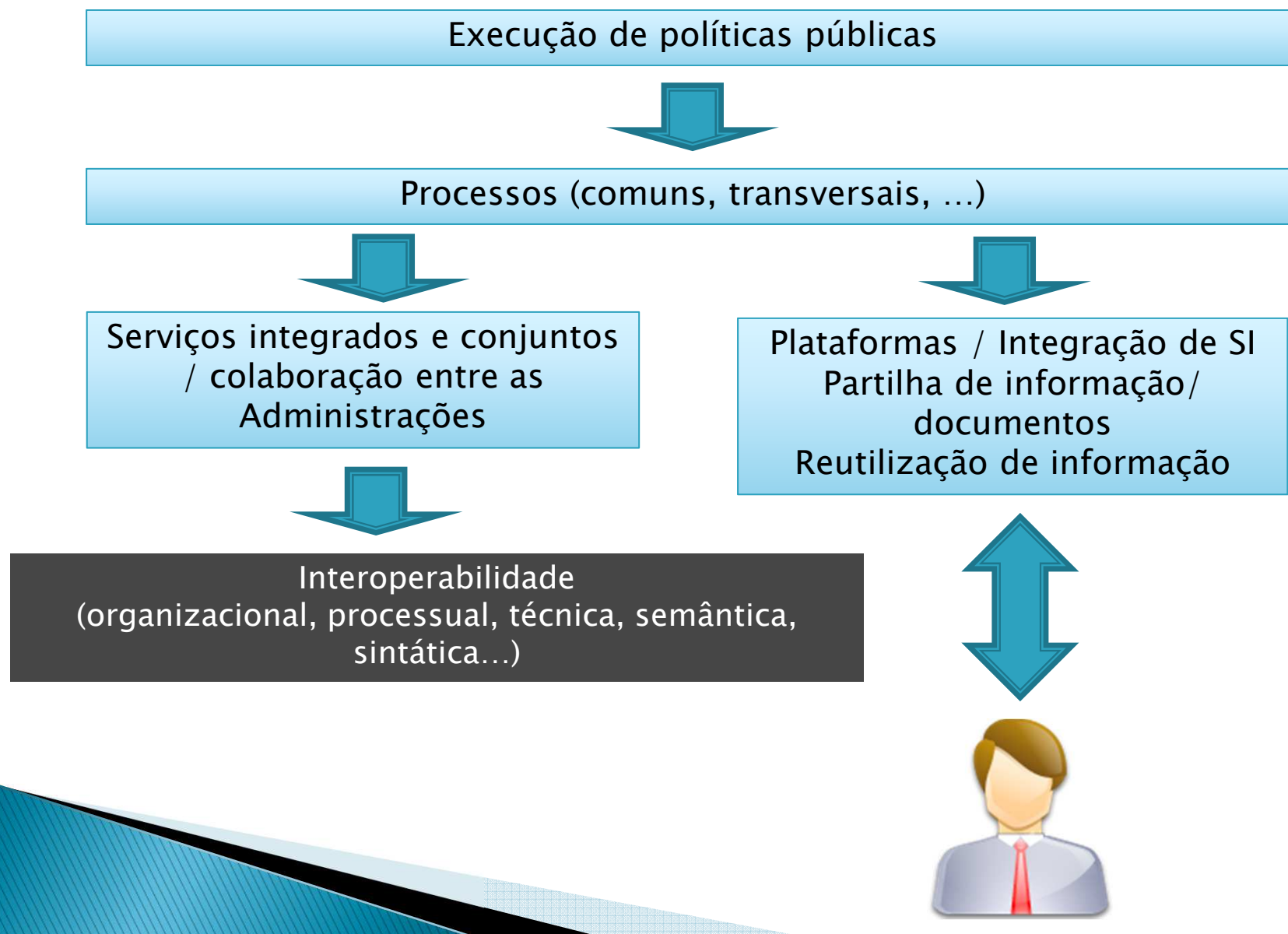


1. Administração eletrónica – I

- ▶ Relação da Administração com os cidadãos, com/entre os seus colaboradores, com empresas ou com outras Administrações
- ▶ através de fluxo eletrónico (permitido pela Internet ou outros meios digitais de comunicação)
- ▶ com o fim de trocar informação entre as partes e/ou prestar um serviço público .



1. Administração eletrónica - II

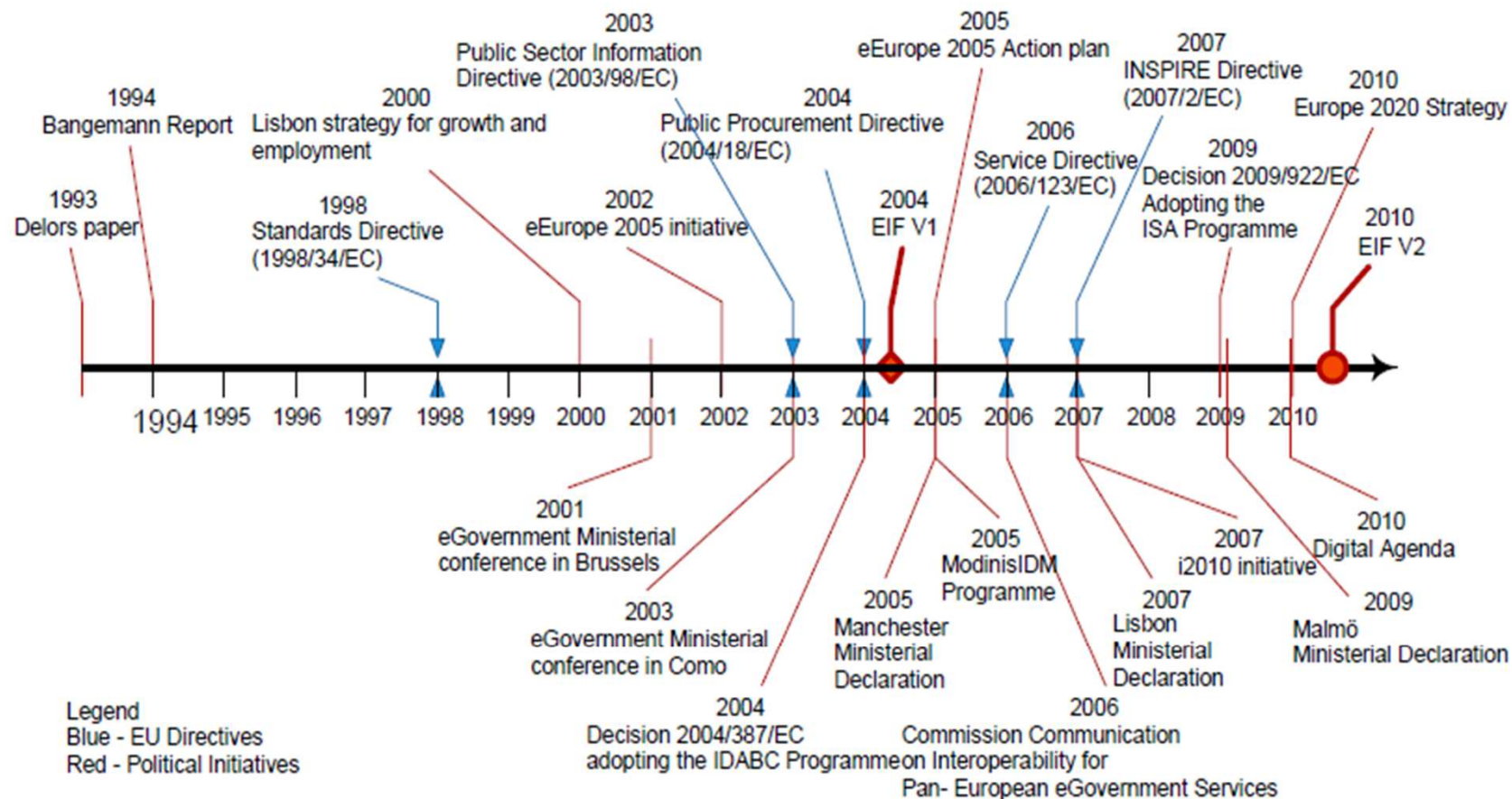


2. Interoperabilidade: políticas e programas europeus – I

- ▶ **Interoperabilidade** – “Capacidade de organizações díspares e diversas interagirem com vista à consecução de objetivos comuns com benefícios mútuos, definidos de comum acordo e
- ▶ implicando a partilha de informações e conhecimentos entre as organizações, no âmbito dos processos administrativos a que dão apoio,
- ▶ mediante o intercâmbio de dados entre os respetivos sistemas TIC”.
 - Fonte: Decisão n.º 922/2009/CE



2. Interoperabilidade: políticas e programas europeus – II



Timeline of EU initiatives concerning interoperability

2.1 – A Decisão 922/2009/CE

- ▶ Decisão 922/2009/CE sobre soluções de interoperabilidade para as administrações públicas europeias:
- ▶ **Objetivo:** criar, em 2010–2015, um programa relativo a soluções de interoperabilidade para as administrações públicas europeias, incluindo as administrações públicas locais e regionais e as instituições e os organismos comunitários, destinado a fornecer soluções comuns e partilhadas que facilitem a interoperabilidade.
- ▶ **Programa ISA** – “Interoperability Solutions for European Public Administrations” sucedeu aos programas IDA e IDABC.



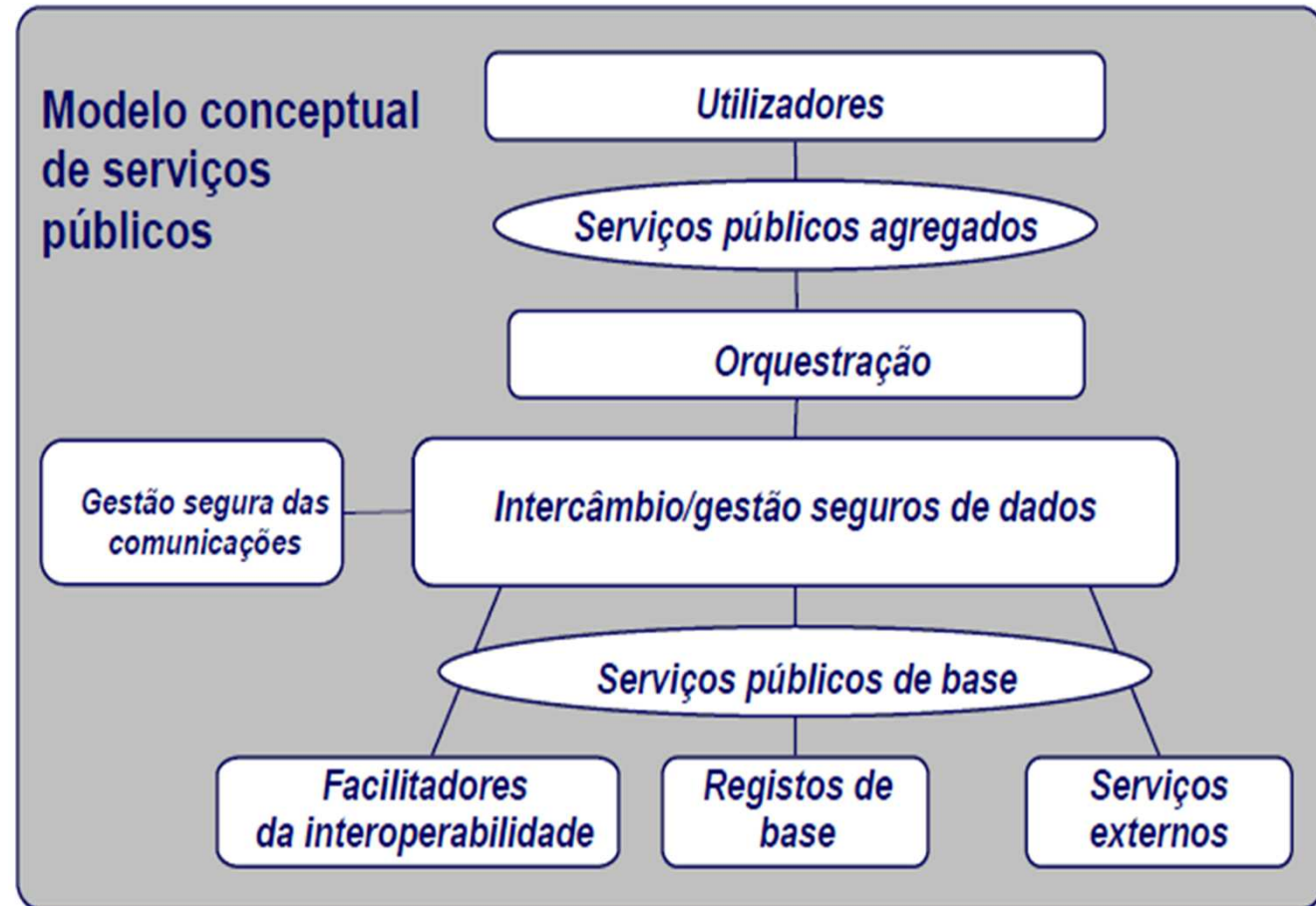
2.2 – COM (2010) 744 – “Para a interoperabilidade dos serviços públicos” – I

- ▶ Inclui a Estratégia (EEI) e o [Quadro Europeu de Interoperabilidade \(QEI\)](#) . Este último estabelece:
- ▶ 1) [12 princípios básicos](#) – que resumem as expectativas das AP's, empresas e cidadãos para a disponibilização de serviços públicos.
- ▶ Por ex.:
 - Desenho centrado no utilizador (serviço amigável, multicanal, ponto único de contacto, fornecimento único de informação, respeito pela privacidade);
 - Segurança e privacidade/confidencialidade;
 - Transparência;
 - Abertura (das administrações para a partilha e reutilização da informação → maior eficiência);
 - Conservação das informações (legíveis, fiáveis, íntegras – incluindo assinatura eletrónica...);
 - Neutralidade e adaptabilidade tecnológicas.

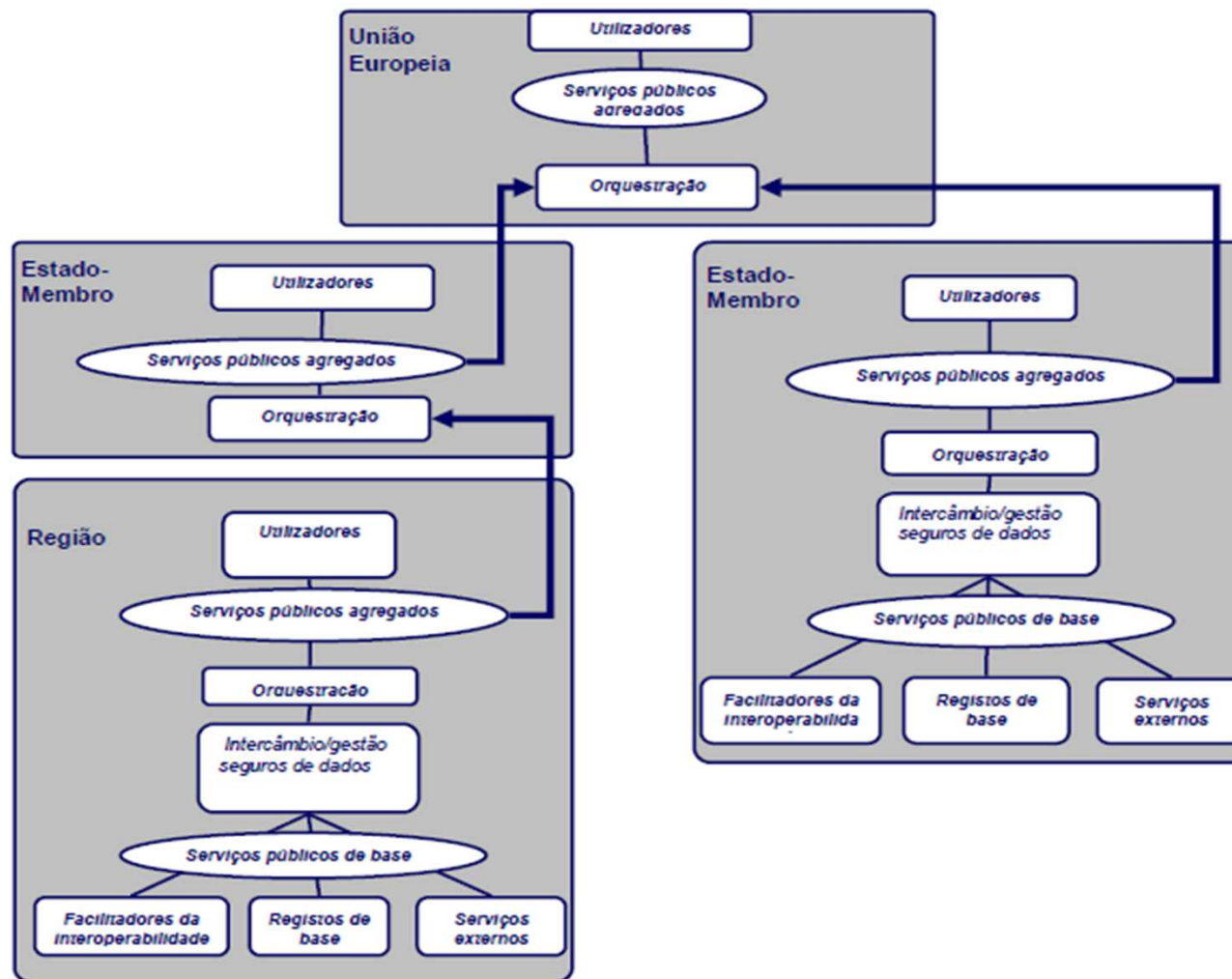


2,2 – COM(2010) 744 – “Para a interoperabilidade dos serviços públicos” – II

- ▶ Estabelece:
- ▶ 2) **Modelo conceptual**



2,2 – COM(2010) 744 – “Para a interoperabilidade dos serviços públicos” – III



Ex. de agregação de serviços originários de diferentes níveis da AP

2.2 – COM(2010) 744 – “Para a interoperabilidade dos serviços públicos” – IV

- ▶ Estabelece:
- ▶ 3) 4 níveis de interoperabilidade



2.2 – COM(2010) 744 – “Para a interoperabilidade dos serviços públicos” – V

- ▶ 1) Cada Estado-membro e cada Administração deve ter o seu Quadro de interoperabilidade para as organizações que querem colaborar na prestação conjunta de serviços públicos, especificando:
 - Vocabulários, conceitos,
 - Princípios, políticas, orientações, recomendações, normas, especificações,
 - Práticas.
- ▶ 2) Os quadros de interoperabilidade estabelecidos pelas AP' a nível nacional, regional ou local (ou num setor específico) devem estar alinhados com o QEI.

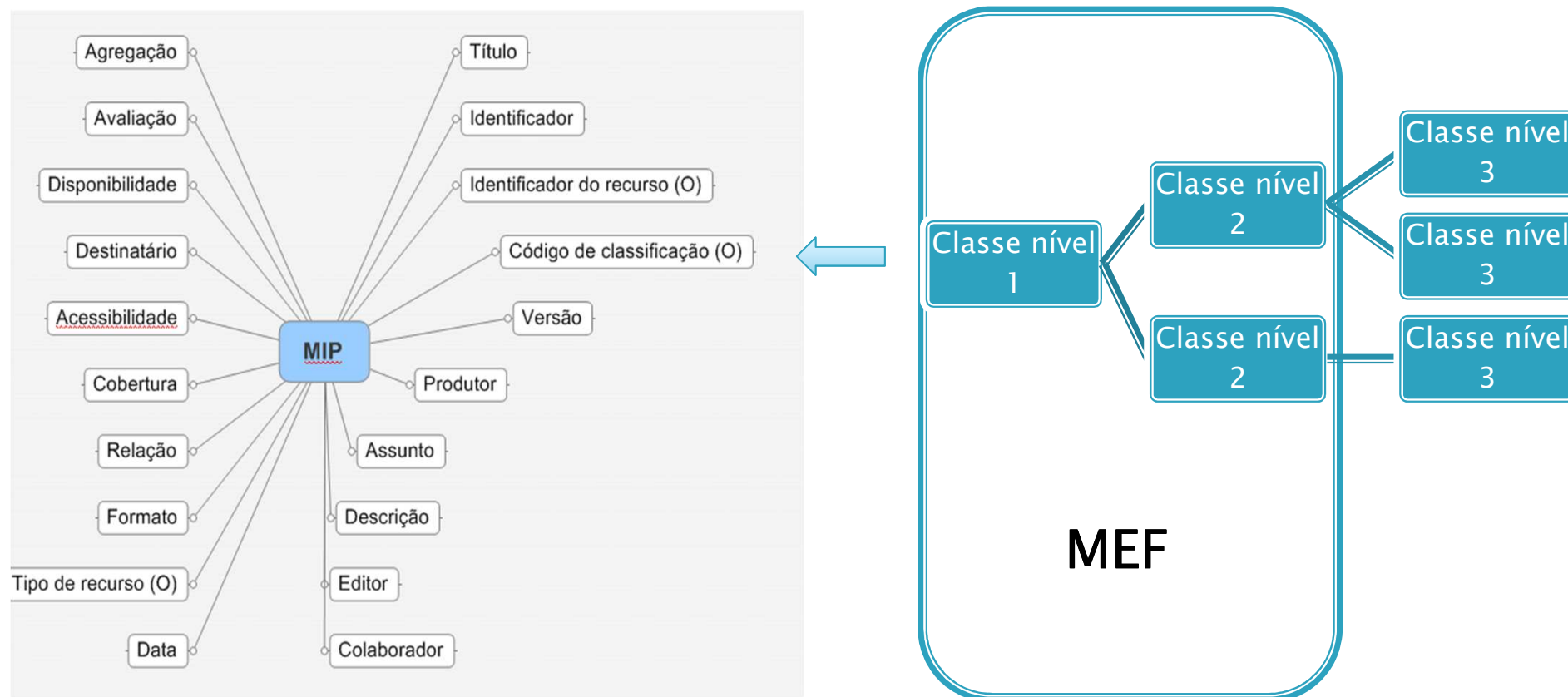


2.3 – ISA e a gestão da metainformação



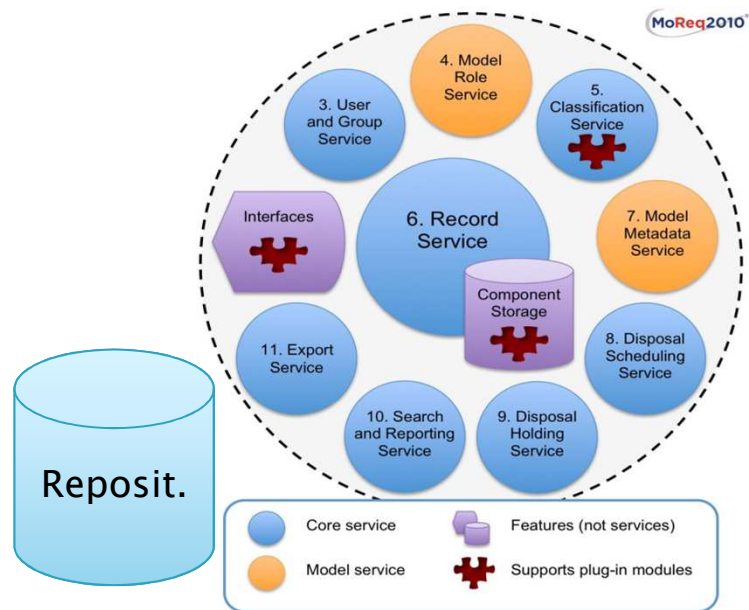
- ▶ “Towards open government metadata” (Setembro de 2011)
- ▶ Gestão profissional da metainformação, harmonizada e reutilizável
- ▶ 5 níveis de maturidade na gestão de metainformação (ativo passível de reutilização e partilha):
 - 1) ignorância;
 - 2) metainformação dispersa ou inacessível/fechada;
 - 3) metainformação aberta para humanos;
 - 4) aberta em formatos legíveis por máquina e disponível em repositórios e plataformas (ex. SEMIC.EU);
 - 5) inserida em sistemas avançados de gestão de metainformação.

3. Interoperabilidade semântica aplicada à gestão de documentos de arquivo – Portugal – I

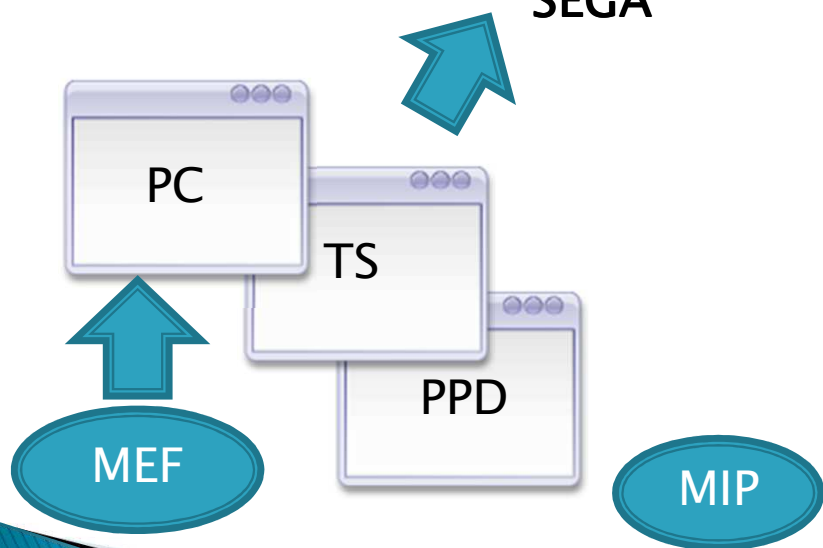


3.1 – MIP e MEF: instrumentos / iniciativas da DGARQ (2006–...)

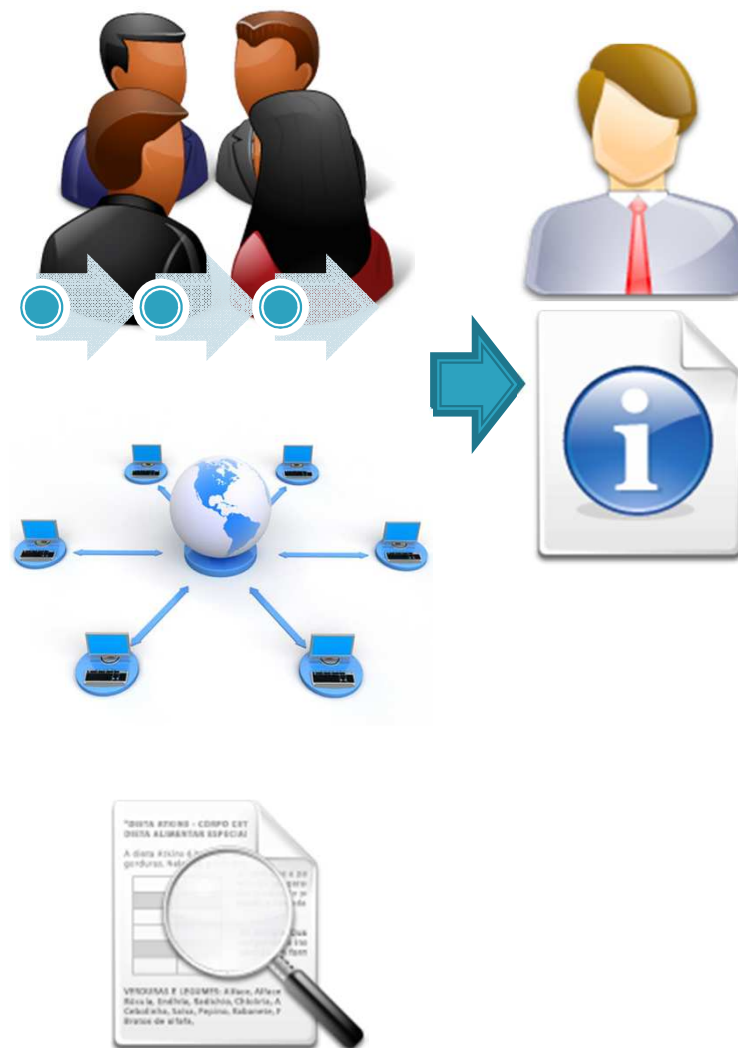
Modelo: Da MEF à (re)utilização da informação



SEGA



interoperabilidade



3.2 – PAEIS – Programa Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica – I

- ▶ **Objetivo geral:**
- ▶ Contribuir para o desenvolvimento da Administração Eletrónica através do fomento e implementação da interoperabilidade semântica na Administração Pública (AP) e nas entidades públicas com que esta se relaciona e executem funções de Estado.

- ▶ **Principais objetivos específicos**
- ▶ 1) O desenvolvimento e gestão da Macroestrutura Funcional (MEF), dos instrumentos de apoio e outros documentos técnicos necessárias à sua boa utilização;

- ▶ 2) A gestão e atualização do MIP – Metainformação para a Interoperabilidade.



3.2 – PAEIS – Programa Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica – II

- ▶ Nova designação do anterior Programa “Governo eletrónico e interoperabilidade”
- ▶ Âmbito inicial: organismos da ACE (adesão voluntária)
- ▶ Possibilidade de adesão de outros organismos da AP (ex. Administração Local, após aprovação e publicação da extensão MEF/2012 e do alargamento de âmbito pela CE-PAIES)



3.2 – PAEIS – Programa Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica – III

- ▶ São **obrigações** das entidades aderentes:
 - ▶ a) Aplicar o MIP e a MEF no sistema de arquivo que utilizam, no prazo de 2 anos após a aceitação da adesão, por parte da CE;
 - ▶ b) Seguir integralmente as regras e propostas da MEF para a representação das funções de Estado (1.º e 2.º nível), na elaboração dos instrumentos de gestão de documentos de arquivo que venham a adotar (ex.: plano de classificação, tabela de seleção, plano de segurança e acessos);
 - ▶ c) Contribuir ativamente para o desenvolvimento do Programa através da promoção, implementação e participação no processo de melhoria dos seus instrumentos.

- ▶ São **direitos** das entidades aderentes:
 - ▶ a) Participar nas estruturas de gestão do Programa;
 - ▶ b) Aceder e usufruir dos produtos e serviços inerentes ao Programa (ex.: consultoria, formação, workshops, etc).



3.3 – MEF: De ativo semântico de adesão voluntária a obrigatório?

- ▶ GT de Gestão de Documentos (AMA) – Rede TIC
- ▶ RCM (ACE; possibilidade de adoção pela Adm. Local e Regional Autónoma) (em trabalho)
- ▶ Âmbito: Sistemas de gestão para documentos de arquivo e informação que garantam :
 - Políticas e responsabilidades;
 - Interoperabilidade entre sistemas de informação;
 - Boas práticas de gestão da informação/documentos de arquivo (ex. requisitos MOREQ 2010);
 - Preservação digital;
 - Auditoria dos sistemas;
 - MIP e MEF (anexos da RCM).



- ▶ Muito obrigado pela vossa atenção !



A MEF no contexto das políticas e programas de interoperabilidade da Administração Pública

Pedro Penteado

pedro.penteado@dgarg.gov.pt

Ação de divulgação sobre a extensão e aplicação da
Macroestrutura Funcional (MEF) pela Administração Local
Lisboa, 2012-07-11

